

Objetivo 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

A participação cidadã das pessoas negras, que segundo a PNAD/IBGE 2013¹ representam 52,9% da população brasileira, requer que as estratégias de desenvolvimento considerem aspectos histórico-culturais da desigualdade, no tocante à elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais e econômicas, assim como ações afirmativas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais.

Nesse contexto, apesar dos inegáveis avanços nos últimos anos no campo legislativo, nas políticas públicas e nas ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a questão da reversão das representações negativas da pessoa negra ainda não conta com medidas suficientes para atender a essa demanda histórica da população negra.

No âmbito da ação pública, o tema foi contemplado no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010, Art. 4º, inciso VII), que prevê a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores, inclusive na Comunicação Social e na Cultura, com o objetivo de enfrentar o quadro de violência física e simbólica que atinge a população negra no Brasil.

No caso da educação, as ações afirmativas não incidem somente na ampliação de oportunidades de acesso de negras e negros aos ambientes escolares, mas também na transformação das instituições de ensino em espaços mais plurais, capazes de produzir e disseminar reflexões a partir de uma diversidade de narrativas sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se fundamental o cumprimento do disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim, através dessa ação afirmativa no âmbito da educação, a população negra poderá se ver representada em todos os seus aspectos de existência e resistência, apontando para as possibilidades de emancipação política por meio da luta coletiva e de sua difusão nas práticas estruturantes na esfera da educação.

Em nível nacional, desde o início da década de 2000, diversas experiências de políticas públicas com enfoque racial e algumas políticas de ação afirmativa já estavam em andamento, culminando com a sanção da lei de cotas nas universidades federais e ensino técnico, e a lei de cotas no serviço público. Entretanto, esse crescimento não foi visto de maneira positiva por todos os segmentos da sociedade brasileira, especialmente a academia e a mídia, que iniciaram uma verdadeira “cruzada” contra as ações afirmativas, especialmente as cotas. Atualmente, com a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das cotas e a promulgação das leis, esse debate midiático arrefeceu. Mas o racismo se recria, e as manifestações na mídia, assim como no esporte, na cultura e outras áreas importantes para construção do imaginário nacional, continuam reforçando os estereótipos racistas.

Recrudescem as situações de violência e intolerância contra as religiões de matrizes africanas; a juventude negra é alvo mais que preferencial da truculência do aparato da segurança pública e privada no Brasil.

Para enfrentar o quadro de violência física e simbólica de que é vítima, a Juventude Negra, através de suas expressões socioculturais, tem provocado

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

um resgate de identidade étnico-racial, afirmado a autoestima, liderado espaços políticos e provocado processos de conscientização sobre a identidade negra. Apresentam, deste modo, um potencial recriador do meio em que atuam e vivem, tornando-se co-partícipes do Estado na construção e implantação de políticas públicas.

Há décadas os movimentos sociais negros denunciam a invisibilidade da população negra nos meios de comunicação. Apesar de constituírem a maioria da população brasileira, as pessoas negras continuam representadas de maneira estereotipada, distorcida e criminalizada, ao mesmo tempo em que sua contribuição cultural e histórica é ignorada nesses espaços.

A mídia negra trilhou uma longa e importante trajetória na luta pela igualdade racial. Desde o século 19, são incontáveis as publicações - produzidas a partir da superação de grandes obstáculos - que tratam da experiência do racismo no Brasil, abordando temáticas culturais, sociais, políticas e econômicas.

Em 184 anos de história da Imprensa Negra no Brasil, comunicadores negros e negras têm reivindicado direitos de cidadania e lutado por assegurar a pluralidade de vozes na sociedade brasileira. São profissionais, ativistas, militantes, responsáveis por fazer o registro dessa experiência singular que é a vivência da população negra no país.

Nesses novos tempos da Comunicação, ativistas negras e negros, vinculados ou não a entidades e organizações do movimento social negro, dão continuidade a um rico legado. Por meio de novas tecnologias de comunicação - sites, blogs, vlogs e redes sociais - que redefinem as relações sociais no Brasil e no mundo, protagonizam o combate ao racismo a partir de iniciativas individuais, colaborativas e descentralizadas.

Diante da disputa política que está estabelecida, é fundamental promover o fortalecimento das organizações do movimento negro, tanto as mais tradicionais, quanto aquelas ligadas às novas formas de organização, especialmente de mulheres e jovens. É fundamental valorizar e reforçar a diversidade de formatos políticos e de atuação que caracterizam o movimento negro (ONGs, blocos, coletivos, afoxés, terreiros, grupos comunitários de mulheres, grupos de hip-hop, entre outros).

Contudo, do ponto de vista institucional, tais organizações e/ou iniciativas ainda apresentam, em sua maioria, nível significativo de fragilidade estrutural e financeira, reflexo do racismo que grassa na sociedade brasileira e que impede o florescimento de uma verdadeira democracia em termos raciais no Brasil.